



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)
[Gabriel Maggi Vieira](#)
[Luana de Castro Lopes](#)
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)
[Marconi Martins de Laia](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)
[Tiago Luiz Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)
[Ricardo Neves Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)
[Mateus Paixão Cardoso](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)
[Evandro Costa Pereira](#)
[Janaína Arruda Aragão](#)
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)
[Franco Celso da Silva Gomes](#)
[Luzinete Pontes Brandão](#)
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)
[Rafaela Duailibe Soares](#)

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa	
Leila Rufino Barcelos	
Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso	
Dhenize Maria Franco Dias	
Danilo Bezerra de Castro	
Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno	
Candida Dettenborn	
Rômulo de Moraes e Oliveira	
Raphael Lemes Elias	
Alessandro de Paula Canedo	
Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes	
Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Data de aceite: 20/02/2020

Data Submissão: 30/11/2019

Giovanna Carla Barreto

Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR)

Curitiba – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/5438160443425700>

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Núcleo de Estudos Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas – NESPAMP, UFPR.

Pontal do Paraná – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/4663005245207154>

Tainah Maria de Souza Lunge

Núcleo de Oceanografia Educacional – NOED, UFPR.

Pontal do Paraná – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/0316682369749837>

Melina Chiba Galvão

Coordenadoria do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, Instituto Federal de Santa Catarina

Itajaí. Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/2534867772292523>

RESUMO: O presente estudo teve como finalidade apontar os desafios da pesquisa de gênero na pesca e compreender como a inclusão dessa variável revela elementos importantes

para a gestão de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs). A análise foi feita a partir da coleta de dados primários e secundários, obtidos através de questionários, observação participante e grupo focal em uma comunidade pesqueira localizada na porção norte do Complexo Estuarino de Paranaguá. Como obstáculo, a ausência de dados relativos ao papel da mulher na pesca constitui fator limitante para a pesquisa e para a elaboração de políticas de gênero. Como potencialidade, a perspectiva de gênero aplicada à pesquisa e à gestão demonstra-se indispensável para o (re)conhecimento integral dos modos de vida. O estudo das comunidades pesqueiras e sua importância para melhorar a gestão de AMPs requer um olhar abrangente, que leve em conta o trabalho das mulheres, direta ou indiretamente ligado à pesca. Por estar diretamente relacionada à aspectos de equidade e justiça, a perspectiva de gênero é um bom indicador para avaliar se os programas de conservação têm gerado benefícios justos e iguais. Entendemos que o desenvolvimento precisa ser justo para que também possa ser sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Gestão pesqueira; Áreas marinhas protegidas; Desafios epistemológicos.

ABSTRACT: This study aimed to highlight the challenges of gender research in fisheries and to understand how the inclusion of this variable reveals essential elements for the Marine Protected Areas (MPAs) management. The analysis was made by collecting primary and secondary data obtained through questionnaires, participant observation, and focus group in a fishing community located in the northern portion of the Paranaguá Estuarine Complex. As an obstacle, the lack of data on the role of women in fishing is a limiting factor for gender research and policymaking. As a potentiality, the gender perspective applied to research and management is indispensable for the integral recognition and knowledge of livelihoods. The study of fishing communities and their importance for improving MPA management requires a comprehensive look, that takes into account women's work, directly or indirectly linked to fishing. Because it is directly related to aspects of equity and justice, the gender perspective is a good indicator for assessing whether conservation programs have generated fair and equal benefits. We understand that development needs to be fair so that it can also be sustainable.

KEYWORDS: Gender; Fisheries management; Marine Protected Areas; Epistemological challenges.

1 | INTRODUÇÃO

A produção sustentável e responsável de pescados a nível mundial tem sido associada à promoção da nutrição e segurança alimentar, à erradicação da pobreza, geração de emprego e renda através da utilização controlada dos recursos e à promoção de modelos de desenvolvimento equitativos (RATNER; ÅSGÅRD; ALLISON, 2014; BÉNÉ et al., 2016). Equidade de gênero atualmente é considerado um princípio fundamental para promover a pesca responsável e sustentável e a segurança alimentar e nutricional. É considerado um direito humano básico, baseado em abordagens centradas na promoção de direitos humanos.

A combinação das dimensões do ecossistema com as dimensões humanas na gestão de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), adotada pelo enfoque ecossistêmico aplicado à pesca (DE YOUNG; CHARLES; HJORT, 2008), colocou a perspectiva de gênero no centro das pesquisas científicas e da gestão dos recursos naturais (FAO, 2015). Promover a gestão da pesca de forma sustentável e responsável, através da sustentabilidade dos modos de vida das comunidades, significa fomentar formas de trabalho decentes e promover equidade de gênero (DE YOUNG; CHARLES; HJORT, 2008; KOFINAS; CHAPIN III, 2009; FAO, 2016).

Gênero enquanto construção social é uma variável-chave para o entendimento das comunidades pesqueiras e sua economia, porque pode afetar significativamente os processos de produção, consumo e distribuição (FAO, 2012). É considerado um dos fatores que modelam as formas de acesso, uso e controle dos recursos

pesqueiros, os processos de mudanças ecológicas e as estratégias para assegurar modos de vida e trajetórias de desenvolvimento sustentável.

As pesquisas de gênero na pesca e as políticas públicas centradas na inter-relação entre equidade de gênero e promoção de desenvolvimento sustentável, vêm tomando forma desde a década de 60 a nível mundial, influenciadas pelos movimentos feministas. Evoluíram de uma perspectiva de “mulheres na pesca” para “gênero na pesca”, com um importante debate centrado na correlação entre gênero e desenvolvimento (*Gender and Development*) (WILLIAMS; WILLIAMS; CHOO, 2002).

Relações de gênero, assim como as outras relações sociais, incorporam componentes materiais e ideológicos (AGARWAL, 1997). Enquanto construção social, estão inscritas em um sistema “sexo-gênero”. Diferentemente da definição de sexo, de raiz biológica, por gênero entendem-se as qualidades, os comportamentos e as características femininas e masculinas, que são culturalmente construídas e socialmente atribuídas a cada sexo (MMA, 2013; TORRE-CASTRO, 2017).

O conceito de gênero recoloca o debate no âmbito do social, pois é aí que se constroem as relações desiguais entre sujeitos. Não advém de estruturas biologicamente determinadas, mas socialmente construídas (BEAUVOIR, 1970). As relações de gênero são dinâmicas e influenciadas por fatores como classe e raça, são hierarquicamente androcêntricas e transversais à todas as relações sociais (MMA, 2013; BARD WIGDOR & ARTAZO, 2017). Portanto, gênero é um conceito enraizado socialmente e potencialmente determinante de poderes e opressões (FAO, 2012).

A década de 1970 no Brasil foi marcadamente a época de impulso dos movimentos populares feministas e de desenvolvimento de uma produção acadêmica na área voltada à análise dos papéis sexuais, com predominante referência à realidade urbana em detrimento dos estudos rurais (MOTTA-MAUÉS, 1999). No contexto rural, até a década de 80 a pesca era domínio eminentemente masculino. Foi apenas a partir desse período que surgiram os primeiros estudos sobre “mulher na pesca”. Na década de 90, as pesquisas apontam para as críticas à invisibilidade das mulheres na pesca e início da fase das pesquisas de “gênero na pesca” no Brasil (DIEGUES, 2004).

Apesar de termos um avanço histórico na visibilização da mulher na pesca e na incorporação da categoria gênero nas análises socioeconômicas da atividade, a gestão e ciência pesqueira ainda têm sido abordadas de uma perspectiva hegemônica masculina, sem a efetiva inclusão do ponto de vista da mulher até mesmo nas análises de gênero (WOORTMANN *et al.*, 1994; MOTTA-MAUÉS, 1999; GERBER, 2015).

Nas pesquisas científicas, normalmente a participação das mulheres na

atividade pesqueira é subestimada na coleta de dados ou analisada apenas sob a ótica masculina, já que os questionários são na maioria das vezes aplicados e/ou respondidos por homens. Mesmo os cargos de gestão no setor pesqueiro são predominantemente ocupados por homens (KLEIBER; HARRIS; VINCENT, 2014). Esses fatores constituem por si só potencialidades e obstáculos para a pesquisa e gestão pesqueira e de AMPs.

Uma análise mais cuidadosa permite perceber essa ausência do feminino como resultado de falhas metodológicas (KLEIBER; HARRIS; VINCENT, 2014; TORRE-CASTRO et al., 2017), mas também como um sintoma da desigualdade entre os gêneros e da representação marginal das mulheres nos diferentes processos históricos. A atuação das mulheres foi secularmente limitada ao âmbito privado do contexto doméstico do lar, e tal condição acabou por negar à elas o devido reconhecimento político, econômico e social. De modo que, historicamente, o gênero foi um organizador silencioso das teorias e práticas sociais e científicas (BARD WIGDOR & ARTAZO, 2017).

Como reflexo desta trajetória, a contribuição das mulheres, seja no trabalho produtivo ou reprodutivo, e suas distintas formas de atuação na cadeia produtiva da pesca, são ainda pouco conhecidas e reconhecidas. Além disso, a caracterização dessa contribuição enquanto algo natural ou biológico, justificada pela crença de que a mulher nasceu para cuidar da casa e dos filhos, torna invisível a importância do trabalho da mulher na pesca e nas tarefas que permitem aos homens pescar.

Por trabalho produtivo entende-se aquele realizado por mulheres e homens para ser pago em dinheiro ou em espécie (FAO, 2012). Na prática, o trabalho produtivo pode ou não ser remunerado. O trabalho reprodutivo é aquele demandado para manutenção e reprodução da força de trabalho produtivo - ou seja, está atrelado ao cuidado e sustento das pessoas da unidade familiar que trabalham fora de casa. Implica, portanto, na responsabilidade pela criação e educação de crianças, e no desempenho das tarefas domésticas (FAO, *op. cit.*). O trabalho reprodutivo é majoritariamente realizado por mulheres e usualmente não-remunerado.

Por estar diretamente relacionada à aspectos de equidade e justiça, a perspectiva de gênero pode ser um bom termômetro para avaliar se os programas de conservação, de modo geral, e as AMPs, especificamente, têm gerado benefícios justos e iguais (MALIAO; POLOHAN, 2008). É importante ressaltar que as AMPs vêm ganhando destaque também como instrumento de gestão pesqueira associado às demandas socioeconômicas da sociedade (PRATES; BLANC, 2007). Assim, identifica-se a urgente necessidade da realização de estudos com base na perspectiva de gênero dentro de comunidades pesqueiras.

Como mulheres e homens assumem diferentes papéis na atividade pesqueira, papéis que variam também entre diferentes pescarias, torna-se inapropriado usar o

homem como única variável para representar toda comunidade (KLEIBER; HARRIS; VINCENT, 2014). A compreensão da atividade pesqueira e sua economia carece de um olhar mais abrangente que leve em conta o trabalho das famílias, direta ou indiretamente ligado ao sistema produtivo, observando como homens e mulheres interagem com o recurso (BENNETT, 2005; MANESCHY, 2000).

Para contribuir com esse debate, este ensaio teórico tem por finalidade verificar de que forma estudos com base na perspectiva de gênero revela elementos importantes para a gestão pesqueira e de Áreas Marinhas Protegidas, e aponta pistas sobre os desafios epistemológicos desse tipo de pesquisa.

A pesquisa está sendo conduzida a partir da coleta de dados primários e secundários, obtidos através de questionários, observação participante e grupo focal em uma comunidade pesqueira situada em uma AMP no sul do país. O ensaio começa com um recorte de parte dos resultados, seguido pela discussão dos mesmos, e termina oferecendo uma síntese geral das principais reflexões que puderam ser extraídas da pesquisa.

2 | CONTEXTO LOCAL E PERFIL DA COMUNIDADE

A comunidade do Tromomô analisada neste artigo pertence ao município de Guaraqueçaba, localizado na porção norte do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP). A região abriga o maior remanescente de Floresta Atlântica no Paraná, totalizando 80,9% (SOS Mata Atlântica, 2016); trata-se de uma área importante para ações de conservação no litoral paranaense, acomodando três unidades de conservação (UC's) federais: Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC) e Parque Nacional de Superagui (PARNA), unidades de proteção integral; e a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (APA), de uso sustentável. Juntas cobrem 354.856,2 hectares do município de Guaraqueçaba, conforme base geográfica do ICMBio.

Dentro dos diversos ambientes existentes no CEP, o ecossistema manguezal representa 182km² da área total, possuindo também grande importância econômica para as comunidades pesqueiras (FARACO *et al.*, 2016). A atividade pesqueira no município de Guaraqueçaba é prioritária para grande parcela da população, caracterizada por ser majoritariamente de pequena escala e de atuação somente no interior da baía (MAFRA, 2012). Há o registro formal de 2.150 pescadores de acordo com o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (SANTOS; MAYERLE; COELHO, 2014).

Atualmente a comunidade do Tromomô conta com 31 domicílios no total (FARACO *et al.*, 2016). A unidade familiar foi a categoria de análise utilizada neste trabalho e abrange o grupo de pessoas que residem no mesmo lugar, compartilhando

decisões, refeições e renda.

Com relação ao modo de vida da comunidade, setenta por cento das unidades familiares entrevistadas declararam a pesca como a principal atividade (n total=30). A pesca contribui significativamente para a renda das famílias, sendo fonte exclusiva de renda para 37% delas (Fig. 1). A forte dependência dos recursos pesqueiros como meio de vida está associada à diversidade de recursos explorados, entre os quais destacam-se: camarão, caranguejo, pescadinha, tainha, bagre, siri, ostra.

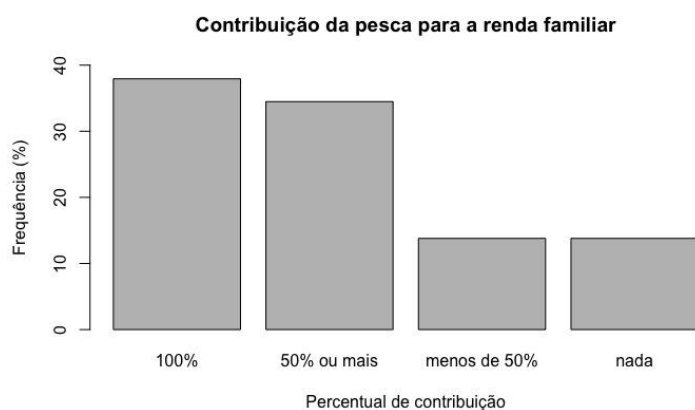


Figura 1. Percentual da renda familiar proveniente da pesca por unidade familiar.

No entanto, outras formas de obtenção de renda também foram listadas, como aposentadoria da pesca, bolsa-família, cargos públicos e comércio. Ainda sobre o perfil da comunidade, a assimetria na renda entre os domicílios é significativa. Conforme ressaltado em pesquisas anteriores, essa é uma característica comum entre as vilas da região com semelhante diversificação de atividades (FARACO *et al.*, 2016).

3 | A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA COMUNIDADE

No Tromomô, as mulheres participam em diferentes etapas da cadeia produtiva da pesca, como por exemplo na manutenção e confecção de petrechos, captura do caranguejo Uçá (*Ucides Cordatus*) e beneficiamento do siri. Aproximadamente 57% das unidades familiares declararam a presença das mulheres na atividade pesqueira (Fig. 2). Elas trabalham na pre-captura, ou seja, são responsáveis pela preparação do material necessário para a pescaria e preparação da alimentação ou “rancho”; algumas mulheres também participam da captura e da pós-captura, que consiste na limpeza e às vezes processamento do recurso pescado. Além dessas atividades diretamente ligadas ao sistema produtivo, as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ainda considerado de sua inteira e exclusiva responsabilidade.



Figura 2. Porcentagem de unidades familiares que declararam a presença ou ausência da mulher na atividade pesqueira.

Além da pesca, a realização do grupo focal permitiu identificar significativa participação de mulheres na criação de animais e no cultivo e manutenção da horta, atividades normalmente orientadas para o consumo interno. A criação de animais e o cultivo de alimentos realizado pelas mulheres contribuem para garantir a segurança alimentar das famílias. Portanto, paradoxalmente, as mulheres são simultaneamente vulneráveis à insegurança alimentar e promotoras de segurança alimentar. Cumprem papel importante na preparação dos alimentos, eventualmente “pulando” refeições em contextos de escassez em benefício dos filhos e maridos, e na responsabilidade que possuem no cuidado com os cultivos (QUISUMBING et al., 2008; CLABOTS, 2013).

No contexto urbano, a divisão sexual do trabalho, responsável por (re)construir a desigualdade de gênero, atribui às mulheres a responsabilidade por diferentes tipos de atividade: cuidar da casa, dos filhos, e muitas vezes do trabalho “fora de casa”. Essa realidade não é diferente nas comunidades pesqueiras. O dia-a-dia das mulheres na pesca não termina com a chegada do mar, e muitas vezes não começa com a saída para o mar. Normalmente as mulheres “levantam-se bem antes dos homens para preparar a refeição que será levada no barco e o café da manhã para os que ficarão em casa. Só depois de tudo feito é que chamam seu marido” (GERBER, 2015, p. 98).

“Eu falando por mim, quando era nova, acordava cedo, fazia café, ia pro mangue, voltava, e os homens tudo tava pronto. E a gente ainda voltava, fazia o ‘petrecho’, limpava a casa [...] Agora os homens, não, chega e já tá tudo pronto. Depois que meu guri cresceu e foi trabalhar com o pai, eu não trabalhei mais.” (comunidade do Tromomô, 28 de agosto de 2017)

Consequentemente, o “trabalho realizado no mar” - denominado desta forma pelas próprias pescadoras - exige muito esforço, segundo elas. Isso ocorre devido ao acúmulo de atividades dentro e fora da comunidade (em terra e mar). Como já apontado por Kleiber, Harris e Vincent (2014), a sobrecarga de trabalho

assumida pelas mulheres, limita temporal e espacialmente a sua participação na cadeia produtiva da pesca: em geral, elas pescam em locais mais próximos de suas casas, com menor frequência do que os homens, e à medida que envelhecem não conseguem mais participar diretamente das pescarias, limitando sua participação às atividades realizadas em terra.

Como resultado, a dedicação não exclusiva das mulheres à pesca dificulta a (auto)identificação da mulher como pescadora. A falta de reconhecimento da mulher como pescadora têm sérias implicações em termos de políticas públicas, incluindo aquelas por trás da política do seguro-desemprego e previdência social (GERBER, 2015). No caso do Tromomô, das 17 unidades familiares nas quais as mulheres participam da atividade pesqueira, 20% não possuem documentação (Fig.3).



Figura 3. Documentação de pesca das unidades familiares com a participação da mulher na pesca. 0 = nenhuma documentação de pesca; 1 = um documento (carteira de pesca); 2 = dois documentos (carteira de pesca e talão do produtor); 3 = três documentos (Carteira de pesca, licença de pesca e matrícula da capitania ou carteira de pesca, licença de pesca e talão do produtor).

Estudos apontam que a participação da mulher também influencia na diversificação de atividades na comunidade pesqueira (MANESCHY, 2012). O comprometimento da mulher na realização das atividades reprodutivas e produtivas permite que os demais integrantes da unidade familiar possam dedicar integralmente seu tempo a outras atividades voltadas exclusivamente para o mercado. Ou seja, as mulheres atuam tanto na produção para o lar quanto para o mercado.

A diversificação dos modos de vida das comunidades pesqueiras também pode ser interpretada como uma estratégia adaptativa (FARACO *et al.*, 2016). Nos contextos de vulnerabilidade nos quais as comunidades pesqueiras estão inseridas, a presença da mulher na unidade familiar melhora significativamente o desenvolvimento de estratégias adaptativas. Segundo Maneschy (2000), a capacidade de resistência dessas comunidades, está diretamente associada às estratégias de sobrevivência implementadas por mulheres.

4 | DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO

Pesquisas científicas realizadas em comunidades pesqueiras costumam incluir apenas a perspectiva masculina durante a etapa de coleta de dados. Os questionários são usualmente aplicados/respondidos por homens (WOORTMANN *et al.*, 1994; MOTTA-MAUÉS, 1999; GERBER, 2015). Uma das bases de dados utilizada neste trabalho, por exemplo, mostrou que 70% das pessoas entrevistadas são homens (Fig. 4). Este banco de dados foi importante para o estudo, pois continha informações socioeconômicas recentes da área. No entanto, a análise dos resultados revelou que várias questões deveriam estar desagregadas por gênero. Ou seja, é fundamental descrever os papéis e perspectivas tanto de homens quanto de mulheres nas pescarias.

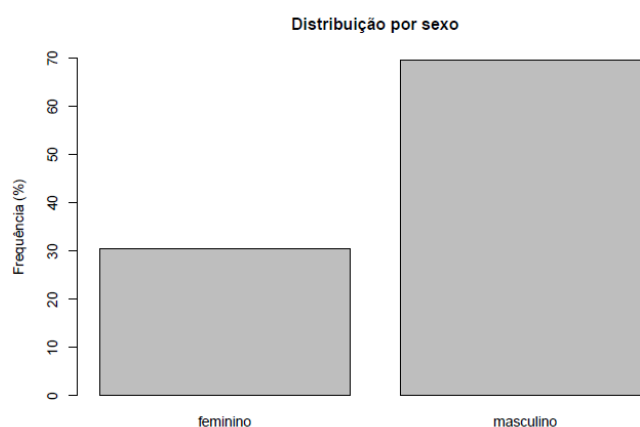


Figura 4. Porcentagem de entrevistas respondidas com relação ao sexo.

Apesar do crescimento do número de pesquisas abordando a pesca sob a perspectiva de gênero, dados relativos às práticas realizadas por mulheres e seu papel na comunidade ainda são escassos (MANESCHY *et al.*, 2012; KLEIBER; HARRIS; VINCENT, 2014; TORRE-CASTRO *et al.*, 2017). Isso dificulta uma análise comparativa potencial, uma vez que é somente a partir de uma comparação entre os dados sobre mulheres e homens que suas diferenças são evidenciadas (MMA, 2013).

Gerber (2015) reforça que essa invisibilização acontece até mesmo no domínio de estudos antropológicos: apesar de muitos trabalhos de campo serem realizados em localidades de pesca, a ausência de qualquer menção às mulheres se dá porque “existem mulheres, mas elas não foram *vistas* pelo pesquisador” (p. 101). Pesquisadora e pesquisador devem incluir diferentes pontos de vista durante a coleta de dados, cuidando para não reproduzir somente o discurso dos espaços públicos, geralmente dominados por homens (WOORTMANN, 1991; MOTTA-MAUÉS, 1999).

Ainda, é preciso aprimorar o entendimento sobre o que vem a ser a atividade produtiva na comunidade. Geralmente o conceito de pesca é entendido como a dedicação total e exclusiva à atividade pesqueira, enfatizando o processo de captura do recurso (KLEIBER; HARRIS; VICENT, 2014). No entanto, essa abordagem desconsidera que à toda atividade produtiva precede um conjunto de atividades reprodutivas, de funções e de relações que envolvem homens e mulheres e uma série de tarefas e saberes diversificados (MANESCHY, 2000). Compreender o que faz parte do processo produtivo e/ou redesenhar e ampliar o conceito de pesca juntamente com a comunidade, constitui fator chave para melhorar a qualidade da pesquisa.

Portanto, a desconsideração da variável gênero na pesquisa, gestão dos recursos naturais e conservação marinha, termina por subestimar o envolvimento e importância do papel da mulher na atividade pesqueira. A igualdade de gênero é percebida como um princípio fundamental para promover a pesca responsável e sustentável e a segurança alimentar e nutricional (FAO, 2015). A ausência de dados relativos às atividades realizadas por mulheres agora é vista como uma omissão que muitas vezes pode prejudicar a eficácia de qualquer gerenciamento de recursos ou ação de conservação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na gestão da pesca e de áreas marinhas protegidas, as evidências disponíveis apontam a necessidade de vincular o que se passa em terra ao que se passa no mar. Nesse sentido, como potencialidade, a perspectiva de gênero aplicada à pesquisa e à gestão demonstra-se indispensável para o (re)conhecimento integral dos modos de vida, estratégias de pesca, interações humanas com o ambiente marinho, e para preencher lacunas de dados sobre a participação da mulher na atividade pesqueira. Desconsiderar o que se passa em terra é deixar de lado uma parte do ambiente sobre o qual atuam esses grupos.

Como obstáculo, a ênfase na situação do *homem pescador* restringe o alcance das pesquisas e políticas públicas para esse setor. A ausência de dados relativos ao papel da mulher na pesca ou a própria ausência do olhar feminino sobre essa atividade, é fator limitante para a análise e elaboração de políticas de gênero. Por outro lado, tal análise vem se demonstrando urgente e socioambientalmente relevante como pôde ser evidenciado a partir da análise do estudo de caso apresentado neste trabalho. Os resultados dessa pesquisa podem servir como referência para orientar e avaliar estratégias futuras de governança e garantir os modos de vida pesqueiros e o uso sustentável de recursos.

Se gerenciar os recursos pesqueiros de maneira sustentável em benefício das

peças, mantendo simultaneamente a biodiversidade, tornou-se um objetivo comum da gestão de AMPs, incluir a perspectiva de gênero é fundamental. Entendendo que homens e mulheres possuem conhecimentos, perspectivas e necessidades distintas, deve-se assegurar a participação de ambos para uma gestão efetiva.

Compreender os papéis desenvolvidos por mulheres e formular políticas de gestão e desenvolvimento são centrais para implementar o “Código de Conduta da Pesca Responsável” e as “Diretrizes voluntárias para assegurar a pesca sustentável de pequena escala no contexto de segurança alimentar e erradicação da pobreza”, ambos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (WEERATUNGE; SNYDER; SZE, 2010). São princípios básicos eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, garantir equidade de gênero, igualdade de direitos humanos e oportunidades enquanto grupo marginalizado e vulnerável, e garantir sua efetiva participação nos espaços de consulta e tomada de decisão.

Portanto, o estudo das comunidades pesqueiras e sua importância para melhorar a gestão de AMPs requer um olhar abrangente, que leve em conta o trabalho das mulheres, direta ou indiretamente ligado à pesca. Concordando com Bosold (2012), esse tipo de pesquisa “ressignifica as relações de poder e incentiva a equidade social e a equidade de gênero em todos os níveis da gestão da conservação” (p. 5, tradução das autoras). Entendemos que o desenvolvimento precisa ser justo para que também possa ser sustentável.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, B. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. **Feminist Economics**, v. 3, n. 1, p. 1–51, 1997.

BARD WIGDOR, G.; ARTAZO, G. Pensamiento feminista latinoamericano: Reflexiones sobre la colonialidad del saber/poder y la sexualidad. **Cultura y representaciones sociales**, v. 22, n. 11, p. 193–219, 2017.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: 1. fatos e mitos**. 4 edição ed. São Paulo: Difusão Epopéia do Livro, 1970.

BÉNÉ, C.; et al. Contribution of Fisheries and Aquaculture to Food Security and Poverty Reduction: Assessing the Current Evidence. **World Development**, v. 79, p. 177–196, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.007>>.

BENNETT, E. Gender, fisheries and development. **Marine Policy**, v. 29, n. 5, p. 451–459, 2005.

BOSOLD, A. L. Challenging the “man” in mangroves: the missing role of women in mangrove conservation. **Student publications**, Department of environmental studies - North Washington Street, p. 1-31, 2012.

CLABOTS, B. M. **Gender Dimensions of Community-Based Management of Marine Protected Areas in Siquijor, Philippines**. Thesis (Master Marine Affairs) - University of Washington, Seattle, 2013.

DE LA TORRE-CASTRO, M. et al. Gender analysis for better coastal management – Increasing our understanding of social-ecological seascapes. **Marine Policy**, v. 83, n. May, p. 62–74, 2017.

DE YOUNG, C.; CHARLES, A.; HJORT, A. **Human dimensions of the ecosystem approach to fisheries: an overview of context, concepts, tools and methods**. FAO Fisheries Technical Paper. Rome: Food and Agriculture Organization of The United Nations, 2008.

DIEGUES, A. C. A Socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: DIEGUES, A. C. S. (Ed.). **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004. p. 65–82.

FAO. **Training guide: gender and climate change research in agriculture and food security for rural development**. Training guide. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2012.

FAO. **Achieving blue growth**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2016.

FAO. **Directrices voluntarias para lograr la sostenibilidad de la pesca en pequeña escala en el contexto de la seguridad alimentaria y la erradicación de la pobreza**. Roma: Organización de Las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2015.

FARACO, L. F. D. et al. Vulnerability Among Fishers in Southern Brazil and its Relation to Marine Protected Areas in a Scenario of Declining Fisheries. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 51–76, August 2016.

GERBER, R. M. *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil*. 2013. 418 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KLEIBER, D.; HARRIS L.M.; VINCENT, A.C.J. Gender and small scale fisheries: a case for counting women and beyond. **Fish and fisheries**, 2014, 16 p.

KOFINAS, G. P.; CHAPIN III, F. S. Sustaining Livelihoods and Human Well-Being during Social–Ecological Change. In: CHAPIN III, F. S.; KOFINAS, G. P.; FOLKE, C. (Ed.). **Principles of Ecosystem Stewardship: Resilience-Based Natural Resource Management in a Changing World**. New York: Springer, 2009. p. 55–75.

MAFRA, T. V. **Estratégias Técnicas e Econômicas dos Sistemas de Produção Pesqueiros da Região de Guaraqueçaba, Litoral do Paraná**. Dissertação (Mestrado Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Curitiba, 2012.

MALIAO, R. J.; POLOHAN, B. B. Evaluating the impacts of mangrove rehabilitation in Cogtong Bay, Philippines. **Environmental Management**, v. 41, n. 3, p. 414–424, 2008.

MANESCHY, M. C. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Proposta**, v. 84/85, p. 82–91, 2000.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Challenging the “man” in mangroves: the missing role of women in mangrove conservation. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2012.

MMA. **Curso Igualdade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável**. Governo Federal: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Não publicado.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de Homem/Peixe de Mulher (?): Repensando o Campo do Gênero na

Literatura Acadêmica sobre Comunidades Pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v. III, n. 2, p. 377–399, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf>.

PRATES, A. P.; BLANC, D. Áreas aquáticas protegidas como Instrumento de gestão pesqueira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

QUISUMBING, A. et al. **Helping Women Respond to the Global Food Price Crisis**. International Food Policy Research Institute, Washington, 2008.

RATNER, B. D.; ÅSGÅRD, B.; ALLISON, E. H. Fishing for justice: Human rights, development, and fisheries sector reform. **Global Environmental Change**, v. 27, p. 120–130, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378014001010>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

SANTOS, L. D.; MAYERLE S. F.; COELHO A. S. **Localização de cooperativa de pesca marinha no litoral do Paraná : um exemplo da utilização de mediana**. v. 3, n. 7, p. 04–15, 2014.

SOS MATA ATLÂNTICA/INPE. **Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, Período 2000-2015**. São Paulo/SP: Fundação SOS Mata Atlântica/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2016. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/atlas-dos-municipios/>>

WILLIAMS, M. J.; WILLIAMS, S. B.; CHOO, P. S. From women in fisheries to gender and fisheries. **Global Symposium on Women in Fisheries**, 6th Asian Fisheries Forum 25-30 Nov 2001, Koahsiung, Taiwan, n. Ostergaard 1992, p. 13–18, 2002. Disponível em: <http://www.worldfishcenter.org/Pubs/Wif/wifglobal/wifg_cont_gender.pdf>.

WEERATUNGE, N.; SNYDER, K. a.; SZE, C. P. Gleaner, fisher, trader, processor: Understanding gendered employment in fisheries and aquaculture. **Fish and Fisheries**, v. 11, n. 4, p. 405–420, 2010.

WOORTMANN, E. F. **Da complementaridade a dependência : a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**.: Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 1991. Disponível em: <<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/10/Serie111empdf4.pdf>>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0